

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO ABISSAL NO RAMO DA SAÚDE

THE INFLUENCE OF ABYSSAL THINKING IN THE HEALTH BRANCH

Lucas Teixeira Dezem¹

Caio Vasconcelos de Oliveira²

RESUMO

A presente pesquisa aborda a forma como o pensamento abissal, presente na obra de Boaventura de Sousa Santos, reverbera na sociedade, especificamente no ramo da saúde. O indivíduo que se encontra no "outro lado da linha" é usualmente colocado em patamar de inferioridade e invisibilidade, o que leva à desigualdade social. O estudo demonstra como tal desigualdade leva os indivíduos a não conseguirem acesso satisfatório à saúde. Porém, a pesquisa não trata meramente da impossibilidade de acesso à saúde como um serviço social garantido pelo Estado, mas também ao estado de saúde como indivíduo. Ao longo do estudo será provado que a desigualdade social, fruto do pensamento abissal, leva os indivíduos "do outro lado da linha" a terem maiores chances de não conseguirem manter a saúde. Será possível observar, assim, a necessidade urgente da instauração do pensamento pós-abissal, que preza pela igualização dos indivíduos, de suas práticas e culturas, de ambos os lados da linha.

Palavras-chave: Pensamento abissal. Desigualdade Social. Acesso à saúde.

ABSTRACT

This research addresses how the abyssal thinking, present in the work of Boaventura de Sousa Santos, reverberates in society, specifically in the health sector. The individual who is on the "other side of the line" is usually placed on a level of inferiority and invisibility, which leads to social inequality. The study demonstrates how such inequality leads individuals to not have satisfactory access to health. However, the research does not merely deal with the impossibility of access to health as a social service guaranteed by the State, but also with the state of health as an individual. Throughout the study, it will be proved that social inequality, the result of abyssal thinking, leads individuals "on the other side of the line" to have greater chances of not being able to maintain their

¹ Mestre e Doutorando em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. E-mail: lucastd19@hotmail.com

² Mestre e Doutorando em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto. E-mail: caiovoliveira@gmail.com

health. It will thus be possible to observe the urgent need to establish post-abysal thinking, which values the equalization of individuals, their practices and cultures, on both sides of the line.

Keywords: Abyssal thinking. Social inequality. Health access.

DESENVOLVIMENTO

1. O PENSAMENTO ABISSAL DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Boaventura de Sousa Santos trata em sua obra acerca da existência de linhas, as quais ele denomina como “abissais”. Tais linhas separavam o território global, no período colonial, cindindo o globo entre o Velho e o Novo Mundo.

Para o autor, as linhas abissais que faziam esta divisão entre o Velho e o Novo Mundo durante o período colonial ainda se mostram existentes, perdurando de forma estrutural no pensamento moderno ocidental, e ainda guiam as relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo.

O autor critica o fato que tal demarcação territorial e estrutural ainda reverbera na atualidade, através do pensamento moderno ocidental que estabelece relações de exclusão social, que reverberam em vários âmbitos, e criam injustiças sociais e cognitivas globais, ambas relacionadas.

A injustiça social global estaria, portanto, estritamente associada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta pela efetivação da justiça social global requer a construção de um pensamento “pós-abissal”.

Afirma o autor:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos :o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. (SANTOS, 2007, p. 71)

Sousa Santos afirma que, de acordo com a natureza humana, é necessário que o nosso conhecimento seja único e dominante em relação ao conhecimento alheio, motivo pelo qual, pela preponderância do pensamento de um grupo, a consequência é a invalidação e estranhamento sobre o outro e sobre o saber do outro, pois só assim, por meio da incompreensão ele pode ser invisibilizado.

Boaventura de Sousa Santos ressalta ainda que a principal característica do pensamento abissal é o fato de que torna impossível a existência do outro, a co-presença dos dois lados dessa linha divisória.

Para dar um exemplo baseado em seu próprio trabalho, o Autor caracteriza a modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social. Essa distinção visível fundamenta todos os conflitos modernos, tanto em termos de fatos substantivos como de procedimentos.

Juntamente com a distinção supracitada há outra, da qual a anterior se cria. Nesta outra distinção, se separam em lados opostos as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. A divisão “regulação/emancipação” se aplica apenas a sociedades metropolitanas.

O pensamento abissal se manifesta de várias formas, e, segundo o autor, as principais manifestações acontecem nos ramos do conhecimento e do direito.

No ramo do conhecimento, o pensamento abissal guia para a compreensão entre verdadeiro e falso, trazendo divisão entre a verdade científica e a não científica. As tensões da ciência em detrimento da teologia e a filosofia, tornaram-se visíveis por meio da invisibilidade de formas de conhecimento que não se adequam às três modalidades de conhecimento supracitadas, caso que ocorre com os conhecimentos populares, indígenas, camponeses, aos que estão do outro lado da linha, considerados de pouca relevância por não haver a possibilidade de se aplicar padrões científicos como verdadeiro e falso.

Essas tensões entre a ciência, de um lado, e a filosofia e a teologia, de outro, vieram a se tornar altamente visíveis, mas todas elas, como defende o autor, têm lugar

deste lado da linha. A permanência de sua visibilidade é assegurada pela invisibilização de formas de conhecimento que não se encaixam nestas modalidades.

Assim, afirma o autor “Do outro lado não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que na melhor das hipóteses podem se tornar objeto ou matéria-prima de investigações científicas”. (SANTOS, 2007, p.73)

No ramo do direito moderno, a linha abissal divide o legal e o ilegal, divisão esta determinada pelo Estado, por meio da criação de leis, aplicadas de maneira universal, que tratam a distinção entre o legal e o ilegal, seja de forma direta ou implícita.

Observando-se a divisão territorial supracitada, e a divisão legal e ilegal apontada pelo direito, segundo o autor, leva o território social que não se adegue aos parâmetros como invisível, considerado sem lei ou ordem, em razão da sua diferença de modos de vida e de ordem social.

O direito moderno, segundo o autor, teve sua construção em momento histórico anterior, no período colonial, e possui como base a linha global que separava o Velho e o Novo Mundo, razão pela qual é baseado no conhecimento deste lado da linha, que considera apenas o próprio ponto de vista como correto.

Para modificar essa hierarquização imbricada numa exclusão é necessário, segundo o autor, situar uma perspectiva epistemológica na experiência dos que estão do outro lado da linha, do lado do Sul do globo, vítima do capitalismo global e do colonialismo. (SANTOS, 2007, p.73)

O lado oposto da linha abissal deve ser observado como uma vastidão, na qual os conceitos pré definidos de legalidade e ilegalidade, e verdade e falsidade devem ser observados com um olhar diferente do usual. A ausência de inferir a tais lugares este olhar mais afiado leva à uma negatória de humanidade e subumanidade moderna.

O autor aponta que, apesar das mudanças sociais ocorridas historicamente, ainda é possível observar esta realidade de forma tão vivida como ocorria no período colonial, visto que o pensamento moderno ocidental segue operando de acordo com a divisão das linhas abissais, dividindo o mundo humano do mundo subumano.

O autor ainda traz exemplo de aplicação prática desta divisão entre o humano e o subumano, apontando a Prisão de Guantánamo como uma manifestação absurda do pensamento jurídico abissal, visto se tratar de um espaço no qual não se observa os princípios básicos do primado da lei, dos direitos humanos e da democracia. O autor ainda explica se tratar de um mero exemplo que não deve, porém, ser visto como exceção.

Existem muitas Guantánamos, podendo ser citados o Iraque e a Palestina. Além desses exemplos que demonstram de forma óbvia o que o texto retrata, há ainda as Guantánamos acerca das discriminações sexuais e raciais, nas divisões de bairros dentro das cidades (e no tratamento despendido a elas), nas prisões, nas manifestações modernas de escravidão, no tráfico ilegal de órgãos humanos, no trabalho infantil, dentre outros.

O autor afirma que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das linhas que separavam o Velho do Novo Mundo. A injustiça social global está assim interligada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta pela justiça social global também deve ser uma luta pela justiça cognitiva global. Porém, para que esta luta consiga ser realizada de forma satisfatória, é necessário que se inicie a implantação de um novo pensamento: o pensamento pós-abissal.

Com base num esforço coletivo para desenvolver uma epistemologia das regiões periféricas e semiperiféricas do sistema-mundo, argumenta o autor que esse movimento é composto de um movimento principal, que designa como "regresso do colonial e do colonizador", e por um contramovimento que designa o autor como "cosmopolitismo subalterno".

Nesta visão, o que se chama de colonial trata metaforicamente a respeito dos que compreendem que suas experiências de vida acontecem do outro lado da linha, e vão contra este fato. O regresso do colonial nada mais é do que a forma de resposta abissal ao que é visto como uma intromissão ameaçadora do colonial às sociedades metropolitanas.

Para tentar evitar tal intromissão, o regresso é taxado com três figuras principais, que são a do terrorista, a do imigrante ilegal e a do refugiado. O regresso do colonial não diz respeito especificamente a uma presença física nas sociedades metropolitanas. Basta que se inicie uma maior ligação relevante entre elas.

Esta ligação ocorre diferentemente em relação a cada uma das três figuras supracitadas. Para o terrorista, a ligação ocorre através dos serviços secretos. Em relação ao trabalhador imigrante ilegal, ocorre através do subemprego. Já em relação aos refugiados, a ligação ocorre através da solicitação do status de refugiado numa dada sociedade metropolitana.

O colonial que regressa é de fato um novo colonial abissal. Assim, o colonial não irá ter de volta apenas os antigos territórios coloniais, mas também irá adentrar nas sociedades metropolitanas. Neste ponto reside a grande transgressão, visto que o colonial dos tempos antigos não iria conseguir acesso às sociedades metropolitanas a não ser que fosse por iniciativa do colonizador.

Boaventura de Sousa Santos afirma que não é mais tolerável tal divisão, sendo necessário que se desfaça a divisão entre o Velho e o Novo Mundo, entre o metropolitano e o colonial. O autor afirma ser necessário que a linha seja redesenhada, tendo agora uma distância curta o bastante para garantir a segurança, mas sem trazer a desigualdade. O autor explica, ainda, que a linha já foi redesenhada em vários aspectos ao longo da história, e aquilo que anteriormente pertencia de forma inequívoca a este lado da linha, muitas vezes é agora um território confuso, atravessado por uma linha abissal sinuosa.

Como exemplos práticos da nova linha abissal e da cartografia confusa que ela gera, o autor aponta o muro erguido por Israel na Palestina, e a criação da categoria de "combatente de inimigos ilegais", criada pela administração norte-americana após o ataque ao world trade Center em 11 de Setembro de 2001.

Assim, segundo o autor, direitos humanos são violados para que possam ser defendidos, a democracia é destruída para que se garanta sua salvaguarda e a vida é eliminada em nome da sua preservação.

É possível observar que as linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal quanto no metafórico.

No sentido literal, estas linhas dividem as fronteiras e as cidades, havendo, assim, as zonas civilizadas, como bairros nobres e condomínios fechados e zonas selvagens, como bairros mais simples. Esta distinção ainda categoriza as prisões como locais de detenção legal e à margem da lei.

Além do regresso do colonial, há ainda o chamado regresso do colonizador, que trata da volta de formas de governo colonial, não apenas nas sociedades metropolitanas (o que iria influenciar diretamente a vida dos cidadãos comuns), mas também nas sociedades que em momento anterior eram sujeitas ao colonialismo europeu.

O regresso do colonizador possui como principal forma de expressão o governo indireto, no qual o Estado deixa de regular a sociedade, e ocorre a privatização de serviços anteriormente públicos, o que dá aos influentes poderosos não-estatais o controle sobre a vida e o bem-estar de vastas populações.

Segundo o autor, esta expressão leva à ascensão do chamado fascismo social, que é um regime social de relações de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca. Boaventura aponta três formas nas quais o fascismo social se manifesta.

A primeira forma é o fascismo do apartheid social. Nesta forma de fascismo ocorre a segregação social dos excluídos através da divisão das cidades entre zonas selvagens e zonas civilizadas. Nas zonas selvagens ocorre o chamado estado de natureza, no qual os homens podem todas as coisas e, para tanto, utilizam-se de todos os meios para atingi-las, como ocorre em zonas de guerra civil interna (por exemplo, na Palestina). Já as zonas civilizadas são aquelas nas quais o contrato social é aplicado de forma satisfatória. Na visão abissal, as zonas civilizadas estão sempre sob ameaça das zonas selvagens.

Para se defender desta ameaça constante, em tempos antigos os colonizadores erguiam castelos e fortalezas, e atualmente este cenário segue, com castelos

neofeudais sendo erguidos, na figura de condomínios fechados, por exemplo. (SANTOS, 2007).

A divisão entre zonas selvagens e civilizadas cada vez mais se torna um fator de sociabilidade, em um novo espaço-tempo hegemônico que perpassa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e que por isso é comum aos âmbitos estatal e não-estatal.

A segunda forma de fascismo social é o fascismo contratual. Este fascismo se apresenta através do poder desigual entre as partes de um direito civil (como por exemplo, um contrato de trabalho ou um contrato de fornecimento de bens). Nesta desigualdade de poder, para a parte mais fraca muitas vezes resta aceitar as condições contratuais impostas, sem ter a possibilidade real de se opor, não importando o quão desvantajosas sejam. O autor aponta que projeto neoliberal de transformar o contrato de trabalho num contrato de direito civil como qualquer outro configura uma situação de fascismo contratual, visto que levaria o trabalhador a ter que se sujeitar à situações que beirariam o humilhante.

A terceira forma de fascismo social é o fascismo territorial. Este fascismo acontece sempre que os poderosos detentores de grande capital patrimonial tiram do Estado o controle do território onde eles predominam, ou ao menos diminuem tal controle ao ponto de neutralizá-lo, através da cooptação ou da violação das instituições estatais, com o exercício da regulação social sobre os habitantes do território, exercício este que se mostra contra seus interesses, e não dá a eles o poder de participação nas escolhas.

O fascismo social é a nova forma do estado de natureza, e prolifera à sombra do contrato social sob duas formas: pós-contratualismo e pré-contratualismo.

O pós-contratualismo ocorre através da exclusão de grupos e interesses sociais do contrato social, sem abrir possibilidade de que retornem a este. É possível citar como exemplo a exclusão de trabalhadores e membros das classes populares em geral, que usualmente ocorrem através da eliminação dos seus direitos econômicos e sociais, fazendo deles, desta forma, populações descartáveis.

O pré-contratualismo ocorre através do bloqueio do acesso à cidadania a grupos sociais que tinham a expectativa fundamentada de nela ingressar: por exemplo, a juventude urbana das áreas excluídas, que não conseguem chances de emprego ou melhoria de vida.

O fascismo social não anula de forma explícita a democracia política liberal, apenas a faz se tornar banal, como se não fosse mais necessária ou ao menos conveniente, o que facilita ao fascismo sacrificar a democracia em prol da promoção do capitalismo. Boaventura afirma, assim, que se trata de um fascismo pluralista, que ainda é inédito. O autor afirma ainda que a sociedade está sendo guiada para se tornar politicamente democrática e socialmente fascista.

O cosmopolitismo subalterno se manifesta através de vários movimentos e organizações que configuram a globalização contra-hegemônica, e lutam contra a exclusão social, econômica, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecida como "globalização neoliberal".

Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos:

A novidade do cosmopolitismo subalterno reside acima de tudo em seu profundo sentido de incompletude, sem contudo ambicionar a completude. Por um lado, defende que a compreensão do mundo excede largamente a compreensão ocidental do mundo, e que a nossa compreensão da globalização, portanto, é muito menos global do que a própria globalização. Por outro lado, defende que quanto mais compreensões não-ocidentais forem identificadas mais evidente se tornará o fato de que ainda restam muitas outras por identificar, e que as compreensões híbridas — com elementos ocidentais e não-ocidentais — são virtualmente infinitas. O pensamento pós-abissal parte da idéia de que a diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada, de modo que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída. (SANTOS, 2007, p. 84)

O pensamento pós-abissal observa que a exclusão social não se manifesta apenas de uma maneira, dependendo da determinação de uma linha abissal ou não-abissal. O pensamento abissal ainda aponta que enquanto existir a exclusão social definida através do abissal, não haverá possibilidade de que se instaure alguma alternativa pós-capitalista progressista.

Neste sentido:

Uma concepção pós-abissal do marxismo (em si mesmo um bom exemplo de pensamento abissal) pretende que a emancipação dos trabalhadores seja conquistada em conjunto com a emancipação de todas as populações descartáveis do Sul global, que são oprimidas mas não diretamente exploradas pelo capitalismo global. Da mesma forma, reivindica que os direitos dos cidadãos não estarão assegurados enquanto os não-cidadãos sofrerem um tratamento sub-humano.

O pensamento abissal deve ser utilizado de modo a aprender com o sul, a partir de uma epistemologia do sul. A essa ação o autor denomina como “ecologia dos saberes” que fundamenta-se na perspectiva de reconhecer a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, incluído nisso a ciência moderna, a partir de interações dinâmicas e ao mesmo tempo autônomas. (SANTOS, 2007, p. 84-85)

Para que o pensamento pós-abissal consiga ser instaurado de forma consolidada, é necessário que ocorra, primeiramente, a igualização dos agentes e práticas de ambos os lados da linha.

O autor busca promover com o conceito de ecologia dos saberes uma credibilidade para os conhecimentos que não são considerados científicos sem que isso implique no descrédito ao conhecimento científico.

Na ecologia de saberes os conhecimentos e as ignorâncias se atravessam, não existindo meramente uma unidade de conhecimento, assim como não existe uma unidade de ignorância. Aquilo que atualmente é visto meramente como ignorância se apresenta de forma heterogênea e interdependente, da mesma forma que ocorre com o conhecimento. Assim, para se aprender certos conhecimentos, pode ocorrer a necessidade de que o indivíduo esqueça ou ignore outros conhecimentos. Por exemplo, na visão da ecologia de saberes, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico.

Mas ao contrário disso, a sua perspectiva baseia-se numa contra hegemonia. Trata-se nas palavras do autor de “explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que têm se tornado visíveis por meio das epistemologias feministas e pós-coloniais, e, por outro lado, de promover a interação e a

interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos.” (SANTOS, 2007, p.87).

Um dos pontos basilares da ecologia de saberes aponta que todos os conhecimentos possuem limites internos, que dizem respeito às intervenções no real que eles permitem, e limites externos, que advém do reconhecimento de intervenções alternativas propiciadas por outras formas de conhecimento.

A ecologia de saberes traz a possibilidade de expansão dos conhecimentos, visto que traz como válidas a possibilidade de aprendizado não apenas do conhecimento científico, mas também do conhecimento não-científico, o que leva a uma ampliação do alcance da intersubjetividade como interconhecimento.

A resistência às linhas abissais ocorreram, muitas vezes, de forma local, ou foram contidas para locais específicos, o que as fizeram se tornar pequenas, irrelevantes ou mesmo inexistentes pelo conhecimento abissal moderno, que se mostra o único capaz de criar experiências a níveis globais.

Porém, é primordial que a resistência contra as linhas abissais aconteça de forma global, sendo imperativo que se desenvolva alguma forma de convenção entre as experiências subalternas, através de ligações entre o local e o global. Desse modo, a ecologia de saberes tem que ultrapassar as escalas. A ecologia de saberes afirma ser necessário que as intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza que os diferentes conhecimentos proporcionam sejam reavaliadas.

Assim, ao se avaliar a obra de Boaventura de Sousa Santos, é possível afirmar que a colonialidade é um sistema mundo que permanece vivo e potente mesmo após o fim da colonização e a independência dos países. E delimitá-lo a um único aspecto é não compreender a sua real dimensão.

Para que haja compreensão acerca desse sistema, é preciso que se entenda que ele não diz respeito apenas a um setor, indo além das divisões de classes, de raça e de gênero. Este sistema possui caráter heteronormativo, e atua no campo epistemológico. É característica inerente da natureza da ecologia de saberes realizar-se

através de perguntas constantes e respostas incompletas. Deste ponto advém sua característica de conhecimento prudente.

A ecologia de saberes traz a possibilidade de que cada indivíduo aumente sua visão anterior a respeito do conhecido e também sobre o desconhecido, demonstrando que aquilo que é desconhecido trata-se apenas de uma ignorância própria, e não de uma ignorância em geral.

Assim, cabe destacar que o texto de Santos é a certeza de que estamos nos conscientizando e que a mudança está em processo latente de uma possível consolidação no futuro, e o fato de conhecermos e valorizarmos esse conhecimento, já demonstra que temos interesse em transformar esse movimento que tornou uma parte do mundo superior por meio da subalternização de outra. (SANTOS, 2007, p.87).

Porém, apesar de possibilidade latente de mudanças sociais, é necessário observar que o pensamento abissal, que traça a linha abissal, ainda é preponderante na sociedade, manifestando-se através da desigualdade social.

2. Desigualdade social: a designadora do outro lado da linha abissal

As desigualdades sociais se manifestam através das organizações e instituições sociais, se tornando categorias não fixas, visto que sempre estão em caráter de mudança, construindo-se, visando que se tornem duráveis. As diferenças sociais se mostram nas relações sociais de maneira multidimensional e assimétrica, e colocam todos os indivíduos em categorias, que se sobrepõem. Mesmo assim, é possível que um único indivíduo ocupe diferentes categorias, o que dificulta, desta forma uma divisão precisa das desigualdades sociais como um panorama geral. Assim:

A desigualdade social é caracterizada pela vantagem de um grupo socioeconômico em relação a outro. São diferenças de acesso a recursos e bens materiais e não-materiais, gerando divisões sociais que exercem grande influência na vida dos indivíduos, grupos e instituições. Os recursos mais importantes na geração das desigualdades são os que podem ser restringidos, apropriados, e que podem somar-se a outros recursos dando-lhes um valor adicional. (SIQUEIRA, 2011, p. 22)

É possível observar que a maioria das teorias que tratam da desigualdade tratam seus argumentos em cima da ideia de que algo deve ser igualado. Em sua obra, o autor Amartya Sen questiona sobre este algo a ser igualado. Segundo o autor, deve-se buscar a igualdade de capacidades dos indivíduos, pois através dessa nivelção, poderá haver diminuição das consequências da desigualdade social.

Ainda segundo Sen, as capacidades influenciam inclusive na liberdade de cada indivíduo para fazer escolhas, e a falta de habilidades leva inclusive à falta de oportunidades.

Utilizando o pensamento do autor, é necessário lembrar que, ao se exigir a igualdade de um aspecto é possível que se esteja aceitando a desigualdade em outros aspectos. Assim, na visão do autor, o igualitarismo deve ser observado com cautela. Esta forma de pensamento se mostra baseado no pensamento abissal, visto que aqui não se almeja encerrar as divisões sociais que excluem pensamentos e pessoas, dando a possibilidade que todos se tornem válidos, e sim apenas avaliar as desigualdades sociais com base em variáveis focais.

O autor aponta, em seu estudo, que para que se meça a desigualdade, é necessário que seja introduzida informação relativa a vários campos. Para que ocorra a avaliação das desigualdades sociais, é necessário que se considere a pluralidade dos espaços e a diversidade dos indivíduos.

Para o autor, o problema da desigualdade pode ser mais bem avaliado se houver comparação entre, os funcionamentos e capacidades, e não somente os meios, como bens primários e recursos. (SEN, 2008)

Comparando-se a visão de Amartya Sen à de Boaventura de Sousa Santos, é possível observar a diferença em ambas as obras: Sen traz aspectos para avaliação da desigualdade social, porém sem se aprofundar na necessidade de mudança de tal desigualdade, apontando apenas a capacitação das habilidades como fator essencial para melhoria social. O pensamento pós-abissal de Boaventura, por outro lado, aponta

para a necessidade de uma reestruturação social, que trata do fim da linha abissal que divide as culturas, pensamentos, costumes e até mesmo pessoas.

Outro autor que aponta análise acerca da desigualdade social é Charles Tilly, na qual aponta que conjuntos opostos de pessoas que recebem tratamentos diferenciados, razão pela qual ocorre a desigualdade de gênero, de classe, de raça, etc.

As categorias sociais moldam a desigualdade, estabelecendo divisões entre aqueles que se beneficiam dos recursos, e aqueles que são excluídos deste benefício. Estas fronteiras sociais se mostram tão presentes no cotidiano social que a sociedade no geral se resignou e estão em constante negociação com elas (TILLY, 2006).

A visão de Charles Tilly acerca da desigualdade se mostra mais próxima ao pensamento abissal de Boaventura, visto que demonstra a divisão social em dois lados, apesar de não ignorar a existência de vários conjuntos definidores das desigualdades, o autor aponta como cerne principal a divisão entre um “nós” e um “eles” (corroborando com “este lado da linha”, e o “outro lado da linha” de Boaventura).

Charles Tilly, em sua obra, aponta os principais recursos que geram a desigualdade no mundo, dando como exemplo: terra, trabalho, capital financeiro, acesso a informação, etc. O autor ainda aponta que no momento em que algum desses recursos é restringido ou limitado, surgem as desigualdades. (TILLY, 2006).

Segundo Octávio Ianni, discutem-se divergentes concepções da questão social:

Uma interpretação considera essa questão como algo disfuncional, anacrônico, retrasado, em face do que é a modernização alcançada em outras esferas da sociedade, como na economia e organização do poder estatal. Falam em arcaico e moderno, dualismos, dois brasis. Outros encaram as suas manifestações como ameaça à ordem social vigente, à harmonia entre o capital e o trabalho, à paz social. Falam em multidão, violência, caos, subversão. E há os que a focalizam como um produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa. Falam em desigualdades, antagonismos e lutas sociais. Naturalmente podem apresentar-se outras interpretações (IANNI, 1989, p. 145).

O supracitado autor aponta ainda que a questão social traz consigo desigualdades em diferentes aspectos: econômicos, sociais, políticos e culturais, explicando que o termo contempla diferentes interpretações:

Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão. Também há os que falam em harmonizar trabalho e capital, conciliação de empregados e empregadores, paz social, pacto social. E os que dizem movimento social, pauperismo, greve, protesto, toma de terras, ocupação de habitação, saque, expropriação, revolta, revolução. Essas são algumas das expressões mais correntes no pensamento e prática de uns e outros: cientistas sociais, jornalistas, políticos, membros da tecnocracia pública e privada, civil e militar e outros. Apanham aspectos básicos das desigualdades sociais que atravessam a sociedade brasileira. Mas sempre repõem a questão social como uma dimensão importante dos movimentos da sociedade nacional. (IANNI, 1989, p. 148).

Entretanto, segundo ressalta o autor, os setores dominantes e o governo sofreram e sofrem pressão para dar maior importância à questão social, de forma a trazer melhorias. Porém, o autor também aponta que do outro lado há pressão para que a questão social fosse reconhecida, mas que as mudanças não desestabilizassem o *status quo*.

Assim, o pensamento de Octávio Ianni condiz com o que afirma Boaventura, pois apesar de reconhecer os vários aspectos que causam a desigualdade social, o autor aponta que há um grupo que realiza manobras para evitar que o combate à desigualdade social altere seu lado da linha, utilizando o pensamento abissal como base para que as mudanças não sejam drásticas, e sim apenas suficientes para manter o outro lado da linha em silêncio, evitando, assim, o regresso do colonial.

A questão social, inicialmente, se origina através da expansão do pauperismo na sociedade, não sendo exclusiva de grupos restritos como órfãos, inválidos, doentes, etc. Trata-se, assim, de um fenômeno oriundo da ordem capitalista. Desde os primórdios do Brasil República é possível observar que a desigualdade social se expressa nas condições de trabalho, seja através da industrialização que diminui os empregos, das longas jornadas de trabalho, salários reduzidos, e de formas de trabalho ilegais como o trabalho infantil e escravo. Além disso, a desigualdade social também se manifesta através da escassez de alimentos, acesso restrito às poucas escolas públicas primárias e técnicas e ao serviço de saúde. (GRIPPA, 2021)

Os avanços ocorrem de maneira lenta, e os movimentos por setores populares reivindicadores de direitos são alvos constantes de repressões e violências com o intuito de intimidá-los, para que a batalha pela instauração de um pensamento pós-abissal seja fortalecida.

O pensamento abissal permeia todos os setores da sociedade, porém, para o próximo tópico será abordado de forma específica como o pensamento abissal influencia no acesso à saúde para aqueles que se encontram do outro lado da linha.

3. O pensamento abissal no acesso à saúde

Analisar a saúde através de uma visão sociológica faz necessário que se pense neste ramo como uma construção social, uma coisa cuja definição ocorre socialmente. Neste ponto de vista, a doença e a saúde são pensadas como “fatos” não-universais, posto que dependem de vários fatores, como da cultura, e sociedade em que se está inserido.

Tal análise também leva à necessidade da reflexão sobre a doença a partir de um ponto multifocal, com vários fatores de risco, que não possuem caráter fixo, e que conduzem à doença, como forma de tentar explicá-la.

Estes fatores de risco, de forma individual, causam pequenos impactos sobre a doença, e aqui todos os fatores sociais devem ser considerados e observados como possíveis fatores de risco, incluindo-se na lista fatores sociais longínquos que, nesta análise geral, não terão maior valor de causalidade do que os fatores mais próximos da doença.

É necessário, primeiramente, que se observe fatores que antecedem os fatores de risco, como os estilos de vida e comportamentais de grupos e dos indivíduos que deles fazem parte. Aqui, é necessário que se observe o cotidiano desses grupos, pois assim será possível analisar as circunstâncias sociais do indivíduo, que são fatores influenciadores tanto para a saúde quanto para a doença.

Um fato social observável é que a população menos favorecida socialmente (aqueles que se encontram do outro lado da linha) possui acesso restrito a recursos que podem evitar os fatores de risco, além de ter menos acesso a informação, e não se encontrar presente nas relações de poder e prestígio.

Outro fator que deve ser observado nesta análise é como a forma que as condições sociais causam impacto na saúde ocorrem tanto através de meios psicossociais quanto por meios fisiológicos. Desta forma, a sociologia adentra como base teórica, assim como o Direito e a filosofia, pois através destes meios é possível a análise acerca dos mecanismos sociais que afetam a saúde, e as estratégias necessárias para melhorá-los.

Neste ponto, não é válido considerar unicamente os fatores físicos e emocionais mais próximos da doença, como por muitos anos foi feito nos principais estudos no campo da saúde.

Porém, é possível observar que este paradigma dos estudos anteriores tem mudado, havendo maior reconhecimento dos determinantes sociais no campo da saúde, figurando como causa das estruturas sociais na produção da saúde e da doença.

Devemos considerar que as relações sociais têm efeitos diferentes sobre os grupos, e o estudo delas são importantes para propor soluções sobre a desigualdade, e também que os recursos sociais apresentam custos e benefícios, e são distribuídos de forma desigual na sociedade. A saúde e a doença não se distribuem por acaso na população, e não dependem apenas de fatores biológicos, mas sim de padrões socioeconômicos e formas de estruturação da vida social, podendo variar de acordo com gênero, classe, raça e idade. E, os recursos econômicos e sociais podem ser usados de diferentes formas e combinações, afetando seus resultados, sendo capaz de influenciar diretamente a saúde dos indivíduos que têm acesso a tais recursos. Assim, os determinantes sociais apresentam a capacidade de moldar os riscos à saúde. (SIQUEIRA, 2011, p. 32).

Assim, analisar a saúde e a doença considerando a possibilidade de acesso a recursos e a estruturação social de cada indivíduo como fatores influentes sobre estes

ramos, abre espaço para que se discuta sobre a influência da desigualdade social na saúde.

É possível afirmar que o estado econômico e social de um indivíduo tem tanta, ou até mesmo maior importância que os fatores biológicos, quando se analisa a desigualdade em saúde. Neste ponto, deve-se ressaltar que doenças advindas unicamente de fatores biológicos não estão sendo desconsideradas, porém, o que se analisa aqui é a saúde e a doença de forma geral, como forma de construções sociais.

Utilizando-se do conceito da linha abissal, é possível afirmar que aqueles que se encontram do outro lado da linha, cujas culturas, conhecimentos e a própria existência são menosprezados, são aqueles que usualmente terão sua possibilidade de acesso a condições favoráveis à própria saúde vetada de várias maneiras, incluindo a impossibilidade de ter condições de administrar a própria saúde, ou mesmo de lidar com as doenças de forma satisfatória. Como exemplo, é possível citar o empregado que não pode ficar em casa, mesmo estando doente, pelo risco de perder o emprego.

Como forma de diminuir o impacto da linha divisória na vida daqueles “do outro lado da linha” surgem as políticas públicas.

No Brasil, a política de saúde pública brasileira se manifesta principalmente através do Sistema Único de Saúde (SUS). As maiores influências para o aperfeiçoamento da política de saúde pública pátria foi o desenvolvimento das políticas do Estado de Bem-Estar Social.

O Estado de Bem-Estar Social pode ser conceituado como “uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico”. (NOGUEIRA, 2001. p.91)

Desta forma, o chamado Estado de Bem-Estar Social guiou o Estado para a criação de políticas de educação, saúde, saneamento, habitação, trabalho e renda, trazendo, assim, melhorias às condições de vida da população. O Estado de Bem-Estar, se administrado de forma correta, pode iniciar a aplicação de um pensamento pós-abissal, porém, como se estudou anteriormente, aqueles que se beneficiam com o

pensamento abissal buscam, de várias maneiras, evitar que o pensamento pós-abissal seja instaurado.

O sistema de saúde atualmente tem como foco principal a atenção básica, o que leva a mudanças na assistência à saúde. Tais mudanças ocorreram a partir do momento em que os gastos públicos de saúde foram descentralizados para as esferas municipais e estaduais.

Neste ponto, se fazer necessário trazer a pauta sobre a distribuição desigual dos serviços médico, visto que o abastecimento dos serviços de saúde, ao ocorrer de forma descentralizada pelos municípios possui vários fatores que podem afetá-lo, como tamanho, grau de desenvolvimento e perfil de carências dos diferentes municípios que fazem parte do país. (SILVA, 2015)

Outro ponto que agrava o subfinanciamento do sistema público de saúde é o fato de o Estado investir na saúde pública e ao mesmo tempo beneficiar a esfera privada, já que o SUS não distingue aqueles a quem atende, realizando atendimento igualitário a usuários de planos de saúde. Desta forma, o sistema privado de saúde se vê beneficiado, pois recebe um valor que pode ser utilizado unicamente na melhoria de serviços, enquanto o SUS utiliza sua verba para o tratamento daqueles que a ele recorrem. O governo tem buscado formas de conseguir ressarcimento de valores gastos com pacientes que utilizem planos de saúde, porém, estes se recusam a realizar tal ressarcimento, o que impede que os recursos voltem para o Fundo Nacional de Saúde e sejam utilizados em melhorias nos hospitais públicos.

Com esta realidade, em muitas cidades há disparidade entre o tratamento de saúde privado e o tratamento de saúde da esfera pública, havendo mais rapidez e melhores condições àqueles que possuem condição social de acesso à esfera privada, ou seja, aqueles que se encontram desta lado da linha.

Boaventura de Sousa Santos aponta em sua obra acerca do fascismo social, que rege a sociedade na atualidade, e auxilia na permanência do pensamento abissal. Dentre as formas de fascismo social apresentadas pelo autor se encontra o fascismo contratual. Dessa forma de fascismo na atualidade advém situações de privatização de

serviços públicos como os de saúde, segurança social, abastecimento de água etc. (SANTOS, 2007)

Versando nesta forma de fascismo, é possível encontrar movimento que pede o encerramento do Serviço Público de saúde. O pensamento abissal, inclusive, se encontra tão intrínseco na sociedade, que, crendo se tratar deste lado da linha, muitas pessoas que requerem o encerramento do SUS, são as mesmas que dele necessitam. Isto ocorre como uma tentativa de se encaixar no lado privilegiado da linha, que prega ser totalmente possível se tornar um deles, quando, na realidade, não se encontram abertos para o regresso do colonial.

Analisar as divisões de classe e a desigualdade social é importante, visto que destes aspectos surgem assimetrias na distribuição das chances de saúde. A impossibilidade para agir, os recursos limitados e os empecilhos de classe se mostram fatores essenciais para que ocorra a desigualdade na ocorrência de fatores geradores de saúde/doença.

Ou seja, os grupos sociais que se encontram em desvantagem terão, de maneira geral, uma saúde pior ou riscos maiores a saúde do que grupos sociais que se encontrem em vantagem em relação aos fatores supracitados.

Assim, é possível relacionar o pensamento abissal, que divide a sociedade e coloca indivíduos em posição inferior, com o acesso à saúde, mas não apenas a isso, e sim com a saúde de uma forma geral.

CONCLUSÃO

Ao se avaliar a desigualdade social no Brasil, é possível realizar comparação entre esta e a desigualdade de acesso à saúde, demonstrando que as diferenças socioeconômicas repercutem de forma direta na saúde das populações pertencentes a cada grupo social.

A obra de Boaventura de Sousa Santos, ao tratar do pensamento abissal, afirma que este se trata de um sistema que distingue os indivíduos entre visíveis e invisíveis, divisão esta que ocorre através das linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”.

Nesta divisão, os indivíduos pertencentes ao “o outro lado da linha” são tratados como inexistentes, excluídos. É esta população, esquecida, a qual os indivíduos deste lado da linha tentam a todo custo manter no mesmo *status quo* que se enquadra no tópico deste estudo, visto que se tratam daqueles socialmente prejudicados nas relações sociais.

Para trazer melhor saúde aos indivíduos, é necessário que se instaure o pensamento pós-abissal, que apenas será alcançado de forma consolidada através da igualização dos agentes e práticas de ambos os lados da linha.

Dentre os meios que irão auxiliar no fim do pensamento abissal e, por consequência trazer melhoria na saúde da população em estado de desigualdade, se encontra o acesso a informação, visto que ter conhecimento sobre fatores de risco é um ponto inicial para evitá-los. Porém, este é apenas o ponto inicial, visto que apenas conhecer os fatores de risco, mas não possuir poder para evitá-los não se mostrará efetivo. Como exemplo é possível apontar o empregado que sabe dos perigos de sair gripado na rua em um dia frio, o que pode causar uma diminuição da imunidade, mas que não pode faltar ao serviço por medo de ficar desempregado, irá se arriscar da mesma forma.

Assim, além do conhecimento, é necessário que também se reavalie distribuição de recursos para, desta forma, diminuir a desigualdade de acesso a recursos e por consequência a desigualdade em saúde e no acesso à saúde.

Implantar um pensamento pós-abissal se mostra favorável a uma grande parcela da população, que no momento se vê excluída de acesso total a princípios básicos, dentre eles, como se observou, o acesso à saúde, seja como serviço de política pública, seja como construção social.

REFERÊNCIAS

GRIPPA, Tainá de Souza. **QUESTÃO SOCIAL EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID 19: DESAFIOS POSTOS À PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**. Monografia (Bacharelado). 54 p. Universidade De Caxias Do Sul - Área Do Conhecimento De Humanidades. Caxias do Sul, 2021.

IANNI, Octavio. **A questão social**. Revista USP. Set/Out/Nov, 1989, p. 145-154.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Estado de Bem-estar Social** – origens e desenvolvimento. Katálysis, Florianópolis, n. 5, jul./dez. 2001.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Barbara Lima Cedo da. **A Disparidade no Acesso ao Sistema de Saúde e o “Programa Mais Médicos”**. Monografia (Bacharelado). 53 p. Universidade Federal Fluminense - Instituto De Ciências Humanas E Sociais. Volta Redonda, 2015.

SIQUEIRA, Natália Leão. **Desigualdade social e acesso à saúde no Brasil**. Monografia (Bacharelado). 60 p. Universidade Federal de Juiz De Fora - Instituto de Ciências Humanas. Juiz de Fora, 2011.

TILLY, Charles. **O acesso desigual ao conhecimento científico**. Tradução: Alexandre Massella. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, vol. 18, n. 2, p. 47-62, nov. 2006.

Submetido em 21.09.2023

Aceito em 18.10.2023